



Simulado Final

TRT SE

Analista Judiciário - Oficial de Justiça

Avaliador Federal

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT-SE (Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT-SE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/uUYRKd5WJcMdjwDq5>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

O século XX escolheu a democracia como forma predominante de governo e, para legitimá-la, as eleições pelo voto da maioria. O momento eleitoral passou a mobilizar as energias da política e trazer ao debate as questões públicas relevantes. No entanto, demagogias de campanha e mandatos mal cumpridos foram aos poucos empanando a festa de cidadania do sufrágio universal.

Pierre Rosanvallon propõe como um dos critérios para avaliar o grau de legitimidade de uma instituição a sua capacidade de encarnar valores e princípios que sejam percebidos pela sociedade como tais. Assim como a confiança entre pessoas, legitimidade é uma entidade invisível. Mas ela contribui para a formação da própria essência da democracia, levando à adesão dos cidadãos. Afinal, a democracia repousa sobre a ficção de transformar a maioria em unanimidade, gerando uma legitimidade sempre imperfeita. O consentimento de todos seria a única garantia indiscutível do respeito a cada um.

Mas a unanimidade dos votos é irrealizável. Por isso a regra majoritária foi introduzida como uma prática necessária. Na democracia os conflitos são inevitáveis, porque governar é cada vez mais administrar os desejos das várias minorias em busca de consensos que formem maiorias sempre provisórias. Há, assim, uma contradição inevitável entre a legitimidade dos conflitos e a necessidade de buscar consensos. Fazer política na democracia implica escolher um campo, tomar partido. Quanto mais marcadas por divisões sociais e por incertezas, mais as sociedades produzem conflitos e necessitam de lideranças que busquem consensos. Como o papel do Poder Executivo é agir com prontidão, não lhe é possível gerir a democracia sem praticar arbitragens e fazer escolhas. Mas também não há democracia sem o Poder Judiciário, encarregado de nos lembrar e impor um sistema legal que deve expressar o interesse geral momentâneo; igualmente ela não existe sem as burocracias públicas encarregadas de fazer com que as rotinas administrativas essenciais à vida em comum sejam realizadas com certa eficiência e autonomia.

(Gilberto Dupas. O Estado de S. Paulo, A2, 17 de janeiro de 2009, com adaptações)

01. De acordo com o texto,

- a) a autonomia administrativa é um dos fundamentos essenciais à existência da democracia.
- b) o regime democrático é ilegítimo quando não consegue unanimidade dos votos.
- c) a democracia constitui a legítima forma de governo, apesar do abuso de poder de alguns políticos.
- d) por ser uma entidade invisível, é impossível medir a legitimidade de um governo.
- e) a legitimidade de uma democracia só estará garantida se existir consenso entre a maioria dos cidadãos.

02. Segundo o autor,

- a) a tomada de decisões que originam conflitos pode pôr em risco a ordem pública essencial em regimes democráticos.
- b) a democracia foi imposta como forma predominante de governo no século XX, por meio do sufrágio universal.
- c) trazer ao debate questões públicas relevantes gera demagogias de campanha e mandatos mal sucedidos.
- d) o Poder Judiciário é essencial para o exercício da democracia, pois é de sua responsabilidade a manutenção do ordenamento jurídico.
- e) fazer política na democracia implica buscar consensos que formem maiorias definitivas.

03. As informações do texto permitem afirmar que

- a) a sociedade deve reconhecer os valores e princípios de uma instituição para que ela seja legítima.
- b) a democracia não passa de uma ficção, o que a torna inviável.
- c) a regra majoritária é necessária, pois a minoria deve ceder à maioria.
- d) fazer política em um regime democrático significa necessariamente filiar-se a um partido político.

e) o sistema jurídico de um país democrático é rígido e imutável.

04. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:

a) O século XX escolheu a democracia como forma predominante de governo e, para legitimá-la, as eleições pelo voto da maioria. (1º PARÁGRAFO)

b) Assim como a confiança entre pessoas, legitimidade é uma entidade invisível. (2º PARÁGRAFO)

c) Quanto mais marcadas por divisões sociais e por incertezas, mais as sociedades produzem conflitos e necessitam de lideranças que busquem consensos. (3º PARÁGRAFO)

d) a democracia repousa sobre a ficção de transformar a maioria em unanimidade, gerando uma legitimidade sempre imperfeita (2º PARÁGRAFO)

e) Na democracia os conflitos são inevitáveis, porque governar é cada vez mais administrar os desejos das várias minorias (3º PARÁGRAFO)

05. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

a) capacidade de encarnar valores e princípios (1º PARÁGRAFO) = habilidade de personificar valores e princípios

b) legitimidade é uma entidade invisível (2º PARÁGRAFO) = legitimidade é uma presença misteriosa

c) levando à adesão dos cidadãos (2º PARÁGRAFO) = levando adesão aos cidadãos

d) Há, assim, uma contradição inevitável (3º PARÁGRAFO) = Surge, então, uma contradição indispensável

e) mais as sociedades produzem conflitos (3º PARÁGRAFO) = maior o número de sociedades conflituosas

06. O termo sublinhado em “Mas ela contribui para a formação da própria essência da democracia” (2º parágrafo) refere-se a

a) confiança

b) pessoas

c) legitimidade

d) entidade

e) formação

07. Atente para estas afirmações:

- Houve promessas de que o crescimento do PIB seria importante para reduzir a pobreza.

- As desigualdades econômicas se mantêm.

- A cada US\$ 160 produzidos no mundo, só US\$ 0,60 chegam efetivamente aos mais pobres.

Essas afirmações integram-se com clareza, correção e coerência neste período único:

a) Houve promessas de que o crescimento do PIB seria importante para reduzir a pobreza, assim como as desigualdades econômicas que se mantêm, sendo que a cada US\$ 160 produzidos no mundo, só US\$ 0,60 chegam efetivamente aos mais pobres.

b) Apesar das promessas de que o crescimento do PIB seria importante para reduzir a pobreza, as desigualdades econômicas se mantêm, tendo em vista que a cada US\$ 160 produzidos no mundo, só US\$ 0,60 chegam efetivamente aos mais pobres.

c) As desigualdades econômicas se mantêm, no entanto a cada US\$ 160 produzidos no mundo, apenas US\$ 0,60 chegam efetivamente aos mais pobres, de modo que as promessas do crescimento do PIB seriam importantes para reduzir a pobreza.

d) A cada US\$ 160 produzidos no mundo, só US\$ 0,60 chegam efetivamente aos mais pobres, tendo em vista as promessas de que o crescimento do PIB seria importante para reduzir a pobreza, cujas desigualdades econômicas se mantêm.

e) As desigualdades econômicas se mantêm, desde que a cada US\$ 160 produzidos no mundo, só US\$

0,60 chegassem aos mais pobres, diante das promessas de que o crescimento do PIB seria importante para reduzir a pobreza.

08. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- a) A Brasília de Niemeyer está longe de ser unanimidade, mas, como o autor de seus prédios, não deixa ninguém indiferente.
- b) Como ocorreu em Brasília, a Pampulha fora encomendada, do amigo e então prefeito da capital mineira, Juscelino Kubitschek.
- c) À retidão das linhas do mestre, o brasileiro agregou a curva, que deixava loucos, os calculistas escolhidos.
- d) Uma geração de arquitetos, que hoje dominam a cena internacional diz ter bebido na fonte de Oscar Niemeyer.
- e) Todos os edifícios de Niemeyer, os públicos, e os residenciais, marcam as cidades onde foram erguidos.

09. Toda forma verbal concorda com seu sujeito em:

- a) O autor correspondia-se com vários amigos, a quem se ligavam muito afetuosamente, mas que o tempo tornou anônimos no fundo da memória.
- b) Diante de cartas antigas, que haviam anos já tinham sido esquecidas, o narrador passou a reconstituir fatos e pessoas.
- c) Por inúteis que possam parecer, cartas antigas estimulam em nossa memória cenas que nos marcam profundamente.
- d) As cartas mais emocionais o autor colocou fora, para que não viesse a provocar-lhe fortes excitações antigas.
- e) Enquanto afiava-se as facas, preparava-se também o ambiente para o início da cerimônia.

Se os EUA contabilizassem um terço dos gastos mundiais em pesquisa e desenvolvimento, os trabalhadores seriam bem mais produtivos.

10. No período acima, os tempos e modos verbais seguirão adequadamente articulados caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:

- a) contabilizarem - serão
- b) contabilizarem - são
- c) contabilizam - eram
- d) contabilizaram - fossem
- e) contabilizavam - são

11. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) A proposta fala de embalagens genéricas, aonde consta somente o nome do produto e o fabricante.
- b) Os argumentos de que devemos nos agarrar devem se pautar na racionalidade.
- c) Os problemas de que se ocuparam dizem respeito aos reparos.
- d) As democracias de verdade preferem a paz do que a guerra.
- e) Novos impostos implicarão em aumentos para o consumidor.

12. O elemento sublinhado em "Chegaram notícias de minha cidade natal" exerce a mesma função sintática daquele sublinhado em:

- a) Começo a compreender a atitude de Machado de Assis.
- b) Ponho-me a folhear com emoção as páginas amarelecidas.
- c) O menino contempla longamente o perfil da serra.
- d) Embora ninguém saiba nada sobre a infância do autor...

e) ...eu direi que cheiram também a meninice.

Após a festa, guardou os cristais de novo na caixa.

13. Predomina na frase acima a seguinte figura de linguagem:

- a) Metáfora
- b) Hipérbole
- c) Eufemismo
- d) Antítese
- e) Metonímia

14. Considere as frases a seguir.

- I. Trata-se de medida educativa que traz benefícios à população.
- II. A associação comprometeu-se à reforçar a comunicação interna.
- III. É proibido colocar à venda produtos inadequados ao consumo.
- IV. A prova será de treze às quinze horas.

O sinal indicativo de crase foi usado corretamente APENAS em

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) I, III e IV
- d) II e IV
- e) III e IV

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

15. Uma pesquisa sobre a intenção de os jovens da rede pública que frequentam o ensino médio prosseguirem os estudos após terminarem esse nível de ensino foi feita com 300 estudantes. O resultado encontra-se na tabela a seguir.

Sexo	Intenção de Prosseguir os Estudos		
	Sim	Não	Total
Feminino	130	34	164
Masculino	90	46	136
Total	220	80	300

Ao se sortear uma resposta, sabe-se que a resposta era de alguém que não tinha a intenção prosseguir os estudos. Qual a probabilidade de essa resposta ter vindo de uma moça?

- a) 41,75%
- b) 42,5%
- c) 43,25%
- d) 44,75%
- e) 45%

16. Em um belo dia de agosto, Carlos Henrique saiu de casa com apenas algum dinheiro físico e foi dar um passeio em Copacabana. Carlos Henrique gastou $\frac{1}{4}$ do que possuía e mais R\$ 60,00 no café da manhã; posteriormente, no almoço, $\frac{1}{3}$ do que restava e ainda ficou com R\$ 80,00. Com que valor, Carlos Henrique saiu de casa?

- a) R\$ 150,00
- b) R\$ 175,00
- c) R\$ 200,00
- d) R\$ 240,00
- e) R\$ 300,00

17. Se meu carro não é azul, então o meu leão ruge.
Se meu carro é azul, então Carlos não é professor.
Ora, Carlos é professor. Logo:
- a) o meu carro é azul e o meu leão não ruge
 - b) o meu carro é azul e o meu leão ruge
 - c) o meu carro não é azul e o meu leão ruge
 - d) o meu carro não é azul e o meu leão não ruge
 - e) se Carlos é professor, então o meu leão não ruge

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. O Ramo da IA que foca no desenvolvimento de sistemas capazes de entender e gerar linguagem humana e permite que computadores interpretem, respondam e utilizem a linguagem humana de maneira significativa é a:
- a) Machine Learning
 - b) Robótica
 - c) IA Generativa
 - d) PLN.
 - e) Redes Neurais
19. O One Drive é um programa de armazenamento de arquivos na nuvem. Das letras abaixo é correto afirmar:
- a) Os arquivos armazenados podem ser compartilhados com outros usuários mediante a informação do email.
 - b) Os arquivos armazenados só podem ser acessados exclusivamente pelo seu autor.
 - c) O limite de armazenamento é infinito
 - d) Arquivos armazenados não podem ser removidos.
 - e) Quando os arquivos são enviados para o driver são apagados na máquina original.

20. No Windows 10 temos um novo recurso de segurança que é capaz de, caso seja configurado adequadamente, criptografar os dados dos usuários, o que permite a criação de uma camada extra de proteção e dificulta o sucesso de eventuais exposições a golpes e ataques. Essa funcionalidade é:
- a) Bit Locker
 - b) Criptonews.
 - c) Windows Defender.
 - d) Cortana
 - e) Diana

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO DO TRABALHO***Antônio Daud*

21. Julgue os itens abaixo acerca da insalubridade e da periculosidade:

- I. Dá azo à percepção do adicional de periculosidade a exposição do trabalhador a substância inflamável nas quantidades contidas nos tanques de combustíveis para consumo próprio de veículos de carga.
- II. É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício vertical, em pavimento distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal.
- III. A caracterização e a classificação da insalubridade far-se-á através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, embora o enquadramento do grau de insalubridade seja tema no qual o negociado poderá prevalecer sobre o legislado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

22. Para amamentar o filho, a empregada urbana fará jus a

- a) 2 descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete 9 meses de idade.
- b) 2 descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete 6 meses de idade, exceto de advindo de adoção.
- c) 2 descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete 6 meses de idade, inclusive se advindo de adoção, os quais deverão ser obrigatoriamente concedidos na primeira e na última hora da jornada de trabalho.
- d) 2 descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete 6 meses de idade, inclusive se advindo de adoção, os quais deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.
- e) 2 descansos de 30 minutos cada, até que o filho complete 6 meses de idade, exceto se advindo de adoção, os quais deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.

23. Julgue os itens abaixo sobre férias:

- I. É facultado ao empregado converter 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, devendo tal conversão ser requerida no máximo 15 dias após o final do período aquisitivo.
- II. A época de concessão de férias será a que melhor atenda aos interesses patronais.
- III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

24. Ribamar, antigo empregado da empresa Cem Recurso, teve reconhecida pela Justiça do Trabalho ter sofrido relevante abalo psicológico decorrente de ofensa à sua moral, proveniente de seu antigo empregador, ensejando o pagamento de indenização a ser fixada pelo magistrado. Caso o magistrado entenda tratar-se de ofensa de grau médio e se considere as regras previstas na CLT, a indenização será fixada em até:

- a) três vezes o último salário de Ribamar.
- b) cinco vezes o último salário de Ribamar.
- c) sete vezes o último salário de Ribamar.
- d) dez vezes o último salário de Ribamar.
- e) cinco vezes o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

25. Assinale hipótese que, nos termos previstos na Lei 8.036/1990, NÃO autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS):

- a) rescisão indireta e aposentadoria concedida pela previdência social.
- b) despedida por força maior e culpa recíproca.
- c) pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
- d) suspensão parcial do trabalho avulso por período igual ou superior a 60 dias.
- e) dependente do trabalhador estiver em estágio terminal, em razão de doença grave.

26. Considerando as regras celetistas e os entendimentos sumulados pelo TST, julgue os itens abaixo:

- I. No bojo de um contrato a termo, o empregador que despedir o empregado sem justa causa, ficará obrigado a pagar-lhe indenização à razão da metade da remuneração a que teria direito até o fim do contrato.
- II. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais, bem como à metade da indenização rescisória (multa do FGTS).
- III. É obrigatória a redução do horário normal de trabalho durante o aviso prévio no caso de a iniciativa da extinção contratual ser do empregador, a qual será de 2 horas diárias ou 7 dias corridos, com prejuízo da correspondente remuneração.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) I, II e III.

27. Consoante prevê a norma celetista, o(a) empregado(a) poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 5 dias consecutivos, em caso de falecimento de bisavô.
- b) até 8 dias consecutivos, em virtude do seu segundo casamento.
- c) até 2 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- d) até 3 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer.
- e) por até 4 semanas no caso de aborto.

28. Tomando por base os preceitos celetistas sobre salário e remuneração, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-habitantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.
- b) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
- c) Não havendo prova sobre a importância ajustada a título de salário, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquela que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- d) O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, exceto o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico-hospitalares e outras similares não integram o salário do empregado para qualquer efeito.
- e) A prestação, em espécie, do salário será paga em moeda corrente do País.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

29. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

30. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.

- I. Em regra, há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.
- II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.

III. O jus postulandi é o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.

IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado. De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) I e II.

31. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

32. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

33. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
- b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
- d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
- e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigarão o proponente.

34. Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
- b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
- e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.

35. Conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, a sequência correta em relação ao prazo e cabimento, nos processos de rito ordinário, para o Recurso Ordinário (RO), o Agravo de Petição (AP) e o Recurso de Revista (RR), respectivamente, é:

- a) (RO) 08 dias, de decisões interlocutórias dos Juízes das Varas; (AP) 10 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso pelo TRT afrontando direta e literalmente a Constituição Federal.
- b) (RO) 05 dias, de sentenças dos Juízes das Varas; (AP) 08 dias, de decisões das turmas contrárias à letra da lei federal; (RR) 08 dias, de qualquer decisão proferida em grau de recurso pelo TRT.
- c) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso ordinário pelo TRT proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- d) (RO) 10 dias, de sentenças dos Juízes nas Varas; (AP) 05 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, se proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- e) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de despachos que denegarem a interposição de recursos; (RR) 08 dias, por contrariedade a orientação jurisprudencial de Tribunal Regional do Trabalho.

36. No tocante à liquidação de sentença, em regra, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, é certo que

- a) a liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas, que deverá ser executada de forma independente em razão da natureza do crédito.
- b) elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz deverá abrir às partes prazo comum de 10 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- c) na liquidação, pode-se modificar a sentença liquidanda bem como discutir matéria pertinente à causa principal.
- d) tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz deverá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, do teto de três salários-mínimos regionais.
- e) elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de dez dias, sob pena de preclusão.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

37. Em relação aos direitos, aos deveres e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.
- b) O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.
- c) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica
- d) É inconstitucional a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.
- e) A publicação de informações, ainda que falsas, em veículos de comunicação social está assegurada pela liberdade de imprensa.

38. João, magistrado em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Alfa, e Maria, magistrada em atuação no primeiro grau de jurisdição no território do Estado Beta, pretendiam realizar uma permuta.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação à situação de João e Maria, que a permuta:

- a) somente é possível se forem magistrados de segundo grau de jurisdição, dentro do mesmo segmento de justiça;
- b) não é admitida, considerando que são magistrados em atuação no território de estados autônomos entre si;
- c) é possível entre magistrados do mesmo grau de jurisdição, qualquer que seja o segmento da justiça de um ou outro;
- d) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, dentro do mesmo segmento de justiça;

e) somente é possível se forem magistrados de primeiro grau de jurisdição e de igual entrância, ou de segundo grau, dentro do mesmo segmento de justiça.

39. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

40. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

41. Considerando o texto constitucional de 1988, quanto às funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo:

- I. Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- III. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.

- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

42. Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Herbert Almeida

43. Com relação ao estágio probatório do servidor público, conforme disciplinado na Lei nº 8.112/90, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- b) durante o estágio probatório, o servidor não pode ser avaliado quanto à sua produtividade.
- c) o servidor em estágio probatório está impedido de exercer cargos em comissão ou funções de direção, chefia e assessoramento.
- d) ao final do período de estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor será realizada por comissão constituída especificamente para essa finalidade, dispensada sua homologação.
- e) o período de estágio probatório, segundo o Supremo Tribunal Federal, será de 24 meses.

44. José é servidor público regido pela Lei nº 8.112/90 e foi flagrado pelo seu chefe exercendo atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho. Acerca da penalidade que deverá ser aplicada a José, assinale a alternativa correta.

- a) advertência.
- b) suspensão, que será de no máximo 90 dias.
- c) suspensão de até 15 dias.
- d) multa correspondente a um dia de remuneração.
- e) demissão.

45. Segundo a lei que rege o processo administrativo federal (Lei nº 9.784/99), um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares. Sobre a delegação e sobre os princípios do processo administrativo é correto afirmar que:

- a) quando a delegação se relacionar com órgãos colegiados, não fica autorizada a delegação aos respectivos presidentes.
- b) desde que a delegação seja devidamente publicada em meio oficial, poderá ser realizada para tratar da decisão de recursos administrativos.
- c) o princípio da oficialidade diz respeito às normas de direito público aplicáveis nos processos administrativos, que incidem a partir do momento em que a administração é provocada pelo interessado para se manifestar.
- d) os processos administrativos têm como característica o formalismo moderado, devendo observar as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.
- e) havendo nova interpretação sobre os temas tratados no processo administrativo, este deve ser revisto, para sua aplicação retroativa.

46. Acerca da organização administrativa, é possível afirmar acerca das fundações públicas:

- a) atualmente, o ordenamento somente admite a existência das fundações de direito público, similares às autarquias.
- b) as fundações são criadas por lei complementar, que especifica a sua área de atuação.
- c) as fundações públicas de direito público, em âmbito estadual, têm foro competente na justiça comum estadual.
- d) apenas as fundações de direito público submetem-se às regras licitatórias e à contratação de pessoal via concurso público.
- e) os servidores das fundações de direito público ou privado são ocupantes de cargos públicos e sujeitos ao regime estatutário.

47. A respeito do processo de contratação direta na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/21), é correto afirmar que:

- a) não há obrigatoriedade de instrução formal no processo de contratação direta, já que não há licitação.
- b) a justificativa de preço e a demonstração da escolha do contratado não são exigências para a contratação direta, desde que haja autorização da autoridade competente.
- c) a ausência de processo de contratação direta é irrelevante, já que a Lei nº 14.133/21 não especifica documentos obrigatórios para situações de inexigibilidade ou dispensa de licitação.
- d) a contratação direta não necessita de divulgação no sítio eletrônico oficial da Administração Pública, pois o processo não é público.
- e) o processo de contratação direta, mesmo dispensada a licitação, deve ser instruído com documentos, entre eles, a estimativa de despesa, a justificativa de preço e a razão da escolha do contratado.

48. Sobre os sujeitos passíveis de sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), assinale a alternativa correta:

- a) somente os agentes políticos e servidores públicos podem ser responsabilizados por atos de improbidade administrativa, considerando que possuem vínculo direto com a administração pública.
- b) os particulares estão excluídos da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, mesmo que celebrem contratos ou convênios com recursos públicos.
- c) a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica a pessoas jurídicas, limitando-se à responsabilização de agentes políticos e servidores públicos.
- d) são considerados agentes públicos, para os efeitos da Lei nº 8.429/92, aqueles que, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerçam mandato, cargo, emprego ou função nas entidades

públicas, por qualquer forma de investidura ou vínculo.

- e) a Lei nº 8.429/92 não prevê sanções para particulares que atuem como parceiros da administração pública em contratos de gestão, considerando que não possuem cargo público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

49. Em determinada execução de título extrajudicial, não foram localizados bens penhoráveis do executado. Diante disso, o juiz:

- a) O juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição.
- b) O juiz extinguirá a execução, sem prejuízo de novo ajuizamento, caso se localize bens penhoráveis.
- c) O juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual não estará suspensa a prescrição.
- d) O juiz suspenderá a execução pelo prazo de 3 (três) anos, durante o qual não estará suspensa a prescrição.
- e) O juiz suspenderá a execução pelo prazo de 3 (três) anos, durante o qual se suspenderá a prescrição.

50. O ajuizamento de ação em juízo aleatório:

- a) Constitui prática válida de estratégia processual e não admite o declínio de ofício pelo juízo.
- b) Constitui prática abusiva, mas que não justifica a declinação de competência de ofício.
- c) Constitui prática válida de estratégia processual, mas admite o declínio de ofício pelo juízo.
- d) Constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.
- e) Não possui regra expressa no Código de Processo Civil, tratando-se de prática vedada.

51. Pedro impetrou mandado de segurança em desfavor de autoridade coatora federal. Ao receber a e analisar a causa de pedir, o juízo entendeu que a autoridade coatora, de fato, seria outra, o que alteraria a competência jurisdicional. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O juízo deverá determinar a remessa imediata ao juízo competente, a fim de que analise a petição inicial.
- b) O juízo deverá determinar a emenda à petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que o impetrante altere a autoridade coatora.
- c) O juízo deverá extinguir o mandado de segurança, uma vez que é vedada a oportunização ao impetrante de emenda à inicial para a indicação da correta autoridade coatora, quando a referida modificação implique na alteração da competência jurisdicional.
- d) O juízo, após prazo para emenda, deverá denegar a segurança.
- e) O juízo, independentemente de emenda, deverá denegar a segurança.

52. Em relação aos embargos de terceiro, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de um incidente processual, sendo dispensada a sua distribuição em apartado.
- b) O possuidor direto não pode alegar, além da sua posse, o domínio alheio.
- c) A citação sempre será pessoal.
- d) Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se seguirá o procedimento comum.
- e) Os embargos podem ser de terceiro proprietário, ressalvado o fiduciário e o possuidor.

53. Segundo o Código de Processo Civil, os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão

- a) Da data de prolação do ato decisório.
- b) 10 (dez) dias após a prolação do ato decisório.
- c) 10 (dez) dias após a publicação do ato decisório.
- d) Da data do recebimento pela secretaria do ato decisório.
- e) Da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

54. De acordo com o Código de Processo Civil, dependem de prova:

- a) Os fatos conhecidos pelo juiz.
- b) Notórios.
- c) Afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- d) Admitidos no processo como incontroversos.
- e) em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

55. João ameaçou matar o filho de Pedro, caso este não viesse a firmar contrato de fiança buscando assegurar o cumprimento de contrato em que João figura como devedor.

Com relação à situação descrita, Pedro poderá:

- a) requerer a anulação da fiança em razão do estado de perigo.
- b) requerer a anulação da fiança em razão da coação.
- c) requerer a nulidade da fiança em razão do estado de perigo.
- d) requerer a nulidade da fiança em razão da coação.
- e) requerer a invalidação da fiança dentro do prazo prescricional de 4 anos, a contar da cessação da ameaça.

56. Com relação à prescrição e decadência, considere-se causa interruptiva da prescrição:

- a) a conjugalidade entre credor e devedor, na constância da sociedade conjugal.
- b) a incapacidade absoluta da parte.
- c) a pendência de condição suspensiva.
- d) a apresentação de título de crédito em juízo de inventário ou concurso de credores.
- e) o óbito do devedor, até que se ultime a partilha.

57. Com relação às obrigações alternativas, assinale a alternativa correta.

- a) A escolha da prestação compete ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- b) Caso o devedor escolha cumprir a obrigação entregando parte em uma, e parte em outra prestação, o credor é obrigado a aceitá-la.
- c) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a escolha exercida no primeiro período vinculará os demais.
- d) Se o título deferir a escolha a terceiro, e este não quiser ou não puder exercê-la, caberá ao credor escolher.
- e) No caso de haver pluralidade de optantes, não havendo acordo entre eles, prevalecerá a escolha feita pela maioria.

58. Com relação à responsabilidade do alienante pela evicção, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade do alienante por evicção não pode ser reduzida, ainda que haja cláusula expressa.
- b) A responsabilidade do alienante por evicção não pode ser excluída, ainda que haja cláusula expressa.
- c) Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem o evicto direito a receber do alienante o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou dele informado, não o assumiu.

d) O preço a ser restituído ao evicto pelo alienante será o do valor da coisa à época da alienação, atualizado monetariamente.

e) As benfeitorias necessárias, úteis, ou voluptuárias, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.

59. Com relação ao contrato de depósito, assinale a alternativa correta.

- a) Salvo disposição em contrário, a restituição da coisa deve dar-se no domicílio do depositante.
- b) Salvo disposição em contrário, a restituição da coisa deve dar-se no domicílio do depositário.
- c) O depósito de coisas fungíveis regular-se-á pelo disposto acerca do mútuo.
- d) O depósito necessário presume-se gratuito.
- e) A remuneração pelo depósito das bagagens dos hóspedes não se inclui no valor da hospedagem, podendo ser cobrada à parte pelo estabelecimento hoteleiro.

60. Com relação à responsabilidade civil, é correto afirmar que a indenização:

- a) leva em conta a situação econômica da vítima, e as possibilidades financeiras do ofensor.
- b) não tem lugar, se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso.
- c) inclui, em caso de homicídio, a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, até que atinjam a maioridade.
- d) inclui, em caso de ofensas físicas, a reparação do dano estético, cumulativamente com o dano moral.
- e) inclui, em caso de destruição de coisa alheia, o seu preço ordinário, mas não o de afeição.

Discursiva

Considere o caso hipotético apresentado a seguir. Uma gestante que desempenha uma atividade classificada como insalubre em grau médio requisitou seu afastamento das atividades funcionais.

No entanto, nesse contexto hipotético, apenas as atividades insalubres em grau máximo acarretariam afastamento da grávida de suas ocupações. As atividades insalubres em grau médio ou mínimo podem permitir que a gestante seja afastada, porém a gestante terá que apresentar um atestado de um médico de confiança que expressamente recomende seu afastamento do ambiente insalubre durante a gestação.

A mesma gestante indagou sobre o exercício do seu trabalho durante a lactação, tendo-lhe sido informado que, nesse caso, seria indispensável o atestado médico que recomendasse o distanciamento da atividade desempenhada. Em qualquer hipótese, a gestante ou lactante continuaria a receber o adicional de insalubridade.

Nesse contexto, elabore um texto dissertativo contínuo de 15 linhas, em que, de modo fundamentado, desenvolva os seguintes aspectos:

- a argumentação consistente sobre se há proteção adequada à mulher gestante ou lactante, ao nascituro e ao recém-nascido nesse contexto hipotético;
- a proteção da gestante e da lactante de forma adequada no ambiente de trabalho, considerando a Constituição Federal de 1988 bem como se a situação está de acordo com a proteção dos direitos sociais das trabalhadoras;
- a correlação entre a proteção à mulher gestante e lactante e a igualdade de todos perante a Constituição Federal de 1988.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
